

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2016, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 51 e 52/XIII/2ª;
2. Apreciação do relatório sobre a participação na Conferência Interparlamentar PESC/PCSD realizada em Bratislava de 2 a 4 de setembro de 2016
Relator: Deputado José de Matos Correia (PSD);
3. Apreciação e votação dos pareceres relativos:
À [Proposta de Lei n.º 36/XII/2.ª](#) - Grandes Opções do Plano para 2017
Relator: Deputado Pedro Roque (PSD)
E à [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2017
Relator: Deputado Pedro Roque (PSD);
4. Programação dos trabalhos;
5. Informações;
6. Outros Assuntos.

Aberta a reunião, pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), foram apreciadas e submetidas a votação as atas n.ºs 51 e 52/XIII /2ª, tendo sido aprovadas por unanimidade, sem a presença do GP PCP que não se fez representar na reunião.

O Senhor Deputado José de Matos Correia (PSD) apresentou então o relatório referente à participação da delegação da Assembleia da República na Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), que teve lugar em Bratislava, de 2 a 4 de setembro de 2016.

Remetendo para o relatório, enquanto descrição factual dos trabalhos da conferência, considerou relevante que tivesse sido a primeira vez que os países do Sul aprovaram uma declaração, cuja reunião preparatória, convocada pela Itália, acabou por ser marcada pela crise

dos refugiados e em que os representantes da Grécia, para quem esta é uma questão de primordial importância, pretendiam que os termos da declaração fossem adotados às conclusões finais da conferência para alertar para a necessidade de dar cumprimento às decisões do Conselho Europeu quanto à realocação pelos diferentes países da União; no entanto, e na sequência da sua intervenção, foi aceite que a declaração fosse divulgada na conferência e comunicada às outras delegações para que tivessem informação sobre o que se acordou em matéria de refugiados, uma vez que seria praticamente inviável incluí-la nas conclusões finais.

No que diz respeito às conclusões, destacou a questão do Quartel-general em Bruxelas, que tradicionalmente tem suscitado grandes dúvidas, mas em relação a qual foi possível chegar ao entendimento que consta das conclusões no sentido de só fazem parte dele os países que demonstrarem essa vontade, o que não deixa de ser um ponto possível de equilíbrio, tendo em conta a habitual oposição de alguns países liderados pela Inglaterra, mas que, no contexto atual, já não suscitaram grandes questões.

Realçou ainda dois pontos que dificultaram, e quase goraram, a adoção das conclusões finais: a questão dos refugiados e a questão das relações com a Rússia, e em particular a atitude dos países do Grupo de Visegrado sobre estas matérias. A Hungria, acompanhada pela presidência eslovaca, não aceitava que fosse feita uma referência à necessidade de dar cumprimento às deliberações do Conselho em matéria de refugiados e a Polónia não aceitava uma referência onde se admitia a possibilidade de, face à evolução do dossiê da Crimeia, se desenvolverem seletivamente mecanismos de cooperação com a Rússia.

Em sua opinião os países do Grupo de Visegrado estão a demonstrar uma falta de flexibilidade que é preocupante do ponto de vista das dinâmicas, ou da falta delas, do processo de integração europeia, o que, podendo ser explicado, no caso da Polónia, por uma compreensível desconfiança atávica em relação à Rússia, já no caso da Hungria e da Eslováquia estes países têm uma posição inaceitável no que diz respeito à questão dos refugiados, cavando um fosso entre a postura muito mais humanista por parte da generalidade dos países da União Europeia e a postura extremista e perfeitamente incompreensível que representa um problema do ponto de vista das questões fundamentais que a Europa tem para resolver.

Intervieram de seguida para cumprimentar o relator e tecer algumas considerações acerca do tema os Senhores Deputados João Soares (PS), João Vasconcelos (BE) - sobre as relações com a Turquia, a crise dos refugiados e os direitos humanos -, e João Rebelo (CDS-PP) – sobre o papel que países como a Arábia Saudita e os Emiratos Árabes Unidos também deveriam ter no apoio aos refugiados.

Seguidamente, o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) apresentou os pareceres relativos à [Proposta de Lei n.º 36/XII/2.ª](#) - Grandes Opções do Plano para 2017 – e à [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2017.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) alertou para o facto de, em relação à [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2017-, o Governo não ter fornecido os dados da execução orçamental de 2016, o que dificulta a apreciação da proposta para 2017 e de, por outro lado, se verificar que no Quadro VI.6.1. do relatório que a acompanha, a soma dos subtotais não corresponde ao valor que aparece como sendo o total dessa soma.

Discutido o assunto, com intervenções do Senhor Presidente e dos Senhores Deputados José Miguel Medeiros (PS) e João Vasconcelos (BE), o relator, Senhor Deputado Pedro Roque (PSD), aceitou que fossem incluídos no parecer os seguintes dois incisos na Parte I:

“Importa ainda referir que a análise do OE2017 no que diz respeito à Defesa Nacional e, conseqüentemente a elaboração deste Parecer, é feita ainda na ausência, à data de elaboração do mesmo, dos quadros relativos à execução orçamental previsível do Ministério da Defesa Nacional em 2016”, no ponto 1.1;

“Todavia, importa aqui deixar claro que o Quadro VI.6.1., do Relatório que acompanha o OE2017, e que aqui se reproduz, apresenta uma discrepância pois a soma dos subtotais não coincide com os totais apresentados, sendo conveniente que o Governo possa corrigir esta situação”, no ponto 1.1.2.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente deu ainda conta das diligências no sentido de marcar para o dia 2 de novembro a audição conjunta - com as Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Assuntos Europeus - dos Senhores Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros acerca do Plano de Implementação Estratégico na área da Segurança e Defesa, tendo presente o Conselho de Negócios Estrangeiros, em que será apresentada a versão trabalhada do projeto de plano, reúne a 14 e 15 de novembro, e o Conselho Europeu, que em princípio terá este assunto na agenda, reúne a 15 e 16 de dezembro.

Informou ainda que a Comissão Europeia comunicou que queria intensificar nesta sessão legislativa a visita de Comissários Europeus a Parlamentos nacionais com vista proporcionar um maior debate das iniciativas e assuntos europeus, bem como garantir um maior

envolvimento dos Parlamentos nacionais e que, nesse sentido, tinha solicitado que a CDN indicasse os Comissários Europeus que poderia ter interesse em convidar para reuniões, audições ou conferências e no âmbito de que temáticas. Não estando entretanto agendada qualquer reunião, tinha tomado a liberdade de indicar a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini, sugerindo como tema o Plano de Implementação Estratégico na área da Segurança e Defesa. Submetido o assunto à Comissão, foi obtida a anuência dos presentes à decisão do Senhor Presidente.

Foi então submetida à Comissão, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento referente às *Regras e procedimentos para cedência de espaços da Assembleia da República na organização de eventos promovidos por entidades externas*, publicado na II série E, n.º 9, do Diário da Assembleia da República, de 28 de janeiro de 2016, o pedido que a ANS – Associação Nacional de Sargentos, AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas e a AP – Associação de Praças, para a utilização do Auditório do Edifício Novo, para a realização de uma Sessão Evocativa do 15º Aniversário da aprovação por Unanimidade da Lei Orgânica 3/2001, de 29 de Agosto.

Foi deliberado, por unanimidade, dar parecer favorável ao solicitado.

O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) colocou à consideração da Comissão a proposta, de, quando fosse oportuno, agendar uma visita às Ilhas Selvagens, em consonância com a posição institucional dos órgãos de soberania sobre esta matéria, podendo ser aproveitada a deslocação para visitar as instalações militares da Madeira e avaliar *in loco* a situação dos radares, muitas vezes já referida em reuniões e audições da comissão.

Debatido ao assunto, foi consensual a aceitação da proposta, ficando a visita prevista para 2017, ou no fim da primavera ou no princípio do verão.

Finalmente o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) referiu-se ao facto de já terem aparecido em alguma comunicação social alegadas conclusões do relatório do inquérito para apurar as causas e responsabilidades das mortes ocorridas no Curso dos Comandos, sem que a Comissão tenha conhecimento de nada. O Senhor Presidente recordou que tinha reforçado o pedido ao Ministro da Defesa Nacional no sentido de ser imediatamente informada do relatório, mas que até ao momento ainda tinha obtido qualquer resposta.

A reunião foi encerrada às 17:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2016.

O PRESIDENTE

(MARCO ANTÓNIO COSTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Diogo Leão
Firmino Pereira
João Rebelo
João Soares
João Vasconcelos
José de Matos Correia
José Miguel Medeiros
Marco António Costa
Miguel Coelho
Pedro Roque
Hugo Lopes Soares
Luís Vales
Miguel Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Idália Salvador Serrão
Jorge Machado

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Carlos Costa Neves
Clara Marques Mendes
Luís Pedro Pimentel
Miranda Calha
Pedro Filipe Soares
Rosa Maria Bastos Albernaz
Vitalino Canas